

POLÍTICAS PÚBLICAS

Introdução às Políticas Públicas

PDF 
Sintético



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerência de Produção de Conteúdo: Magno Coimbra

Coordenadora Pedagógica: Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

240115504136



ADRIEL SÁ

Professor de Direito Administrativo, Administração Geral e Administração Pública em diversos cursos presenciais e telepresenciais. Servidor público federal da área administrativa desde 1999 e, atualmente, atuando no Ministério Público Federal. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especialização em Gestão Pública. Foi militar das Forças Armadas por 11 anos, sempre atuando nas áreas administrativas. É coautor da obra "Direito Administrativo Facilitado" e autor da obra "Administração Geral e Pública - Teoria Contextualizada em Questões", ambas publicadas pela Editora Juspodivm.

GRAN
CONCURSOS

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para gi soares - , vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

SUMÁRIO

Apresentação	4
Políticas Públicas	6
1. Conceitos.....	6
2. Tipologia de Políticas Públicas de Theodore Lowi	7
3. O Ciclo de Políticas Públicas	8
4. Agenda de Políticas Públicas.....	11
5. Modelos de Processo de Decisão	12
6. Modelos de Implementação	13
7. Avaliação de Políticas Públicas	13
7.1. Tipos de Avaliação de Políticas Públicas segundo Rua	14
7.2. Tipos de Avaliação de Políticas Públicas segundo o Guia Prático de Análise Ex Post	16
7.3. Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade	17
8. Institucionalização das Políticas em Direitos Humanos como Políticas de Estado	18
9. Federalismo e Descentralização de Políticas Públicas no Brasil: Organização e Funcionamento dos Sistemas de Programas Nacionais	19
9.1. Federalismo e Descentralização	19
9.2. Organização e Funcionamento dos Sistemas de Programas Nacionais	20

APRESENTAÇÃO

Escrever um livro é algo desafiador. Porém, escrever para o público concurseiro torna a tarefa ainda mais árdua.

Afinal, há candidatos com diferentes níveis de conhecimento, estudando para seleções de áreas variadas.

No entanto, existe algo em comum entre aqueles que se preparam para um concurso público: **todos querem a aprovação** o mais rápido possível e **não têm tempo a perder!**

Foi pensando nisso que esta obra nasceu.

Você tem em suas mãos **um material sintético!**

Isso porque ele não é extenso, para não desperdiçar o seu tempo, que é escasso. De igual modo, não foge da batalha, trazendo tudo o que é preciso para fazer uma boa prova e garantir a aprovação que tanto busca!

Também identificará alguns sinais visuais, para facilitar a assimilação do conteúdo. Por exemplo, afirmações importantes aparecerão **grifadas em azul**. Já exceções, restrições ou proibições **surgirão em vermelho**. Há ainda destaques em **marca-texto**. Além disso, abusei de quadros esquemáticos para organizar melhor os conteúdos.

Tudo foi feito com muita objetividade, por alguém que foi concurseiro durante muito tempo.

Para você me conhecer melhor, comecei a estudar para concursos ainda na adolescência, e sempre senti falta de ler um material que fosse direto ao ponto, que me ensinasse de um jeito mais fácil, mais didático.

Enfrentei concursos de nível médio e superior. Fiz desde provas simples, como recenseador do IBGE, até as mais desafiadoras, sendo aprovado para defensor público, promotor de justiça e juiz de direito.

Usei toda essa experiência, de 16 anos como concurseiro, e de outros tantos ensinando centenas de milhares de alunos de todo o país para entregar um material que possa efetivamente te atender.

A **Coleção PDF Sintético** era o material que faltava para a sua aprovação!

Professor Aragonê Fernandes

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Para você me conhecer melhor, sou Professor de Administração Geral e Administração Pública em diversos cursos presenciais e a distância, além, é claro, de ter o enorme prazer de pertencer à família de professores do Gran. Servidor público federal desde 1999, atualmente trabalho na área administrativa no Ministério Público Federal.

Sou formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especialização em Gestão Pública. Fui militar das Forças Armadas por 11 anos, sempre atuando nas áreas administrativas. Também fui coautor da obra “Direito Administrativo Facilitado” e autor da obra “Administração Geral e Pública – Teoria Contextualizada em Questões”, ambas publicadas pela Editora Juspodivm.

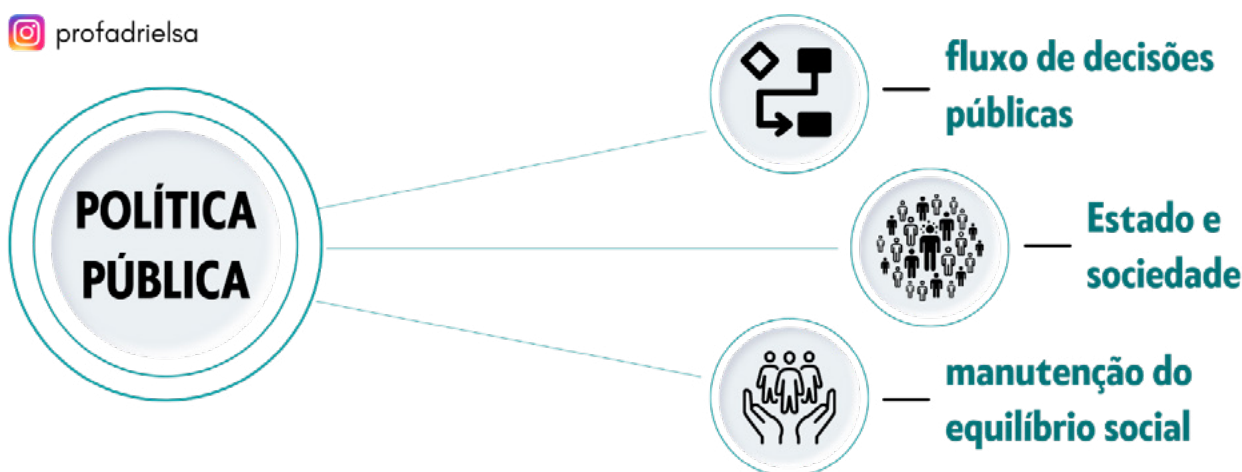
Ah! Siga meu perfil do Instagram @profadrielsa (<https://www.instagram.com/profадrielsa/>), onde compartilho **dicas e mapas superlegais** que vão desmistificar a disciplina de Administração e encurtar a sua aprovação! 😊📖

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. CONCEITOS

Política	Uma regra básica (guia, orientação, parâmetro) que orienta uma tomada de decisão.
Pública	Conjunto de atores, ou seja, Estado e sociedade . No entanto, o governo é que possui a <i>última palavra</i> .
Política pública	Fluxo de decisões públicas , com ações do Estado e sociedade, a fim de prover a manutenção do equilíbrio social. É o que o governo escolhe fazer ou não fazer .

 profadrielsa



Professor, as políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais, ou também por atores não estatais?

O autor **Secchi (2013)**¹ apresenta duas abordagens para responder essa questão:

Estatista (ou Estadocêntrica)	A política pública é emanada apenas pelo ator estatal . Ou seja, é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante. O poder imperativo do Estado é a característica básica dessa perspectiva.
Multicêntrica (ou Policêntrica)	Admite-se a participação de organizações privadas , não governamentais, na constituição das políticas públicas. É reconhecida a existência de vários centros de decisão no processo de formulação da política, sendo tal abordagem ancorada em teorias como a da governança pública, da coprodução do bem público e das redes de políticas públicas.

¹ SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Ainda, em relação à participação da sociedade nas políticas públicas, temos a **tipologia de participação de Pretty²**:

Participação manipulativa	O cidadão está representado por um membro da sociedade indicado pelo Estado, mas sem poder de veto .
Participação passiva	O cidadão recebe a informação da decisão tomada.
Participação por consulta	Os cidadãos são consultados , mas não têm voz nem voto .
Participação por incentivo	O cidadão participa porque lhe são oferecidos incentivos materiais. Ao terminar o incentivo, cessa a participação .
Participação funcional	A participação do cidadão é direcionada para diminuir custos . A participação ocorre por meio de grupos que compartilham as decisões quase sempre a serviço de projetos específicos. A participação nos grupos ocorre, quase sempre, por meio de cooptação.
Participação interativa	Nesse tipo de participação o cidadão se sente no dever e no direito de tomar decisões sobre um projeto e/ou serviço.
Automobilização	O cidadão toma iniciativas de participar, independentemente de ser ou não solicitado ou convocado . Neste tipo de participação, a comunidade toma as iniciativas e se articula, permanentemente, como microcosmo que age em prol do bem comum.

2. TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE THEODORE LOWI³

Quando falamos em tipologias, precisamos entender um universo de literaturas e autores. E o problema se agrava no sentido de que, geralmente, as bancas não fornecem as literaturas que serão cobradas em provas.

Sendo assim, vamos considerar a **abordagem mais comum**, desenvolvida por Theodore J. Lowi. Esta tipologia distingue quatro tipos de políticas públicas:

Tipo	Descrição	Exemplo
Distributivas	Alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade, utilizando recursos provenientes da coletividade como um todo (de regra, baixo nível de conflito existente).	Implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos etc.

² PRETTY, J. N. *Regeneration agriculture*. London: Earthscan, 1995.

³ LOWI, T. J. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul/ago. 1972.

Tipo	Descrição	Exemplo
Redistributivas	Distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população, utilizando recursos oriundos de outros grupos específicos (a depender, baixo ou alto nível de conflito existente).	Reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária etc.
Regulatórias	Estabelecem imperativos, interdições e condições para a realização de determinadas atividades ou comportamentos.	Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista etc.
Constitutivas ou estruturadoras	Consolidam as regras do jogo político, estabelecendo normas e procedimentos para a formulação e implementação de outras políticas públicas.	Regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional etc.

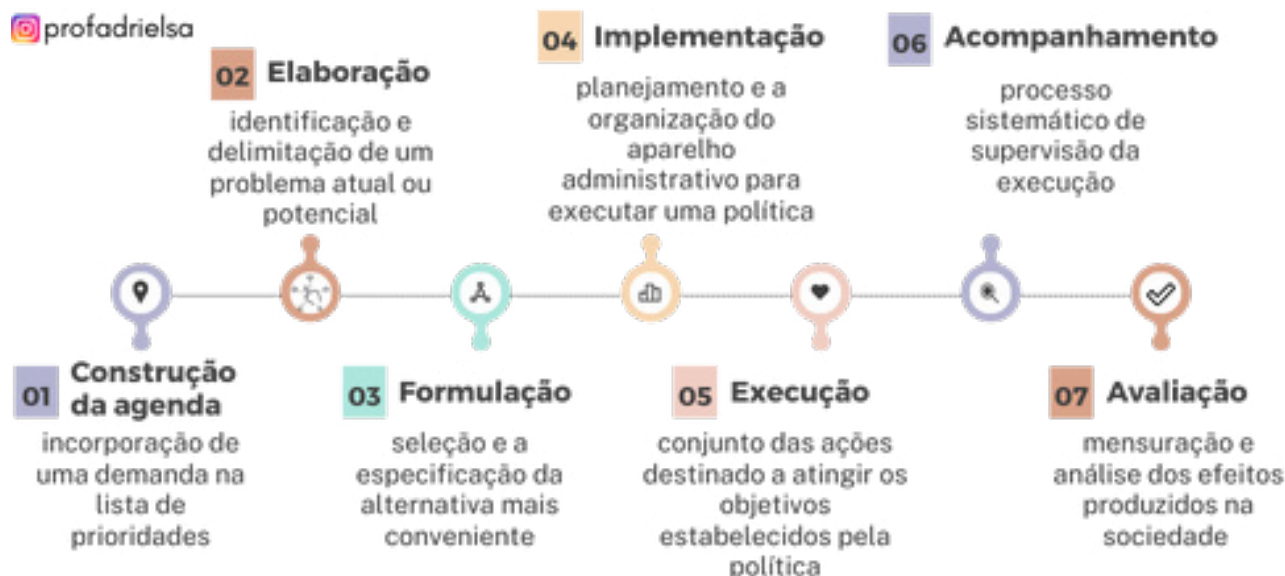


3. O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O **CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** é um conceito que descreve as etapas envolvidas na elaboração, implementação e avaliação de políticas governamentais. Essas etapas são interconectadas e geralmente seguem uma sequência lógica, mas também podem ser revisadas e ajustadas ao longo do processo.

Comumente, as bancas adotam uma dessas **duas possibilidades de ciclo de políticas públicas**:

profadrielsa



profadrielsa



No entanto, as fases do ciclo de políticas públicas podem variar, a depender do autor considerado. Observe:

Secchi ⁴	Saravia e Ferrarezi ⁵	Rua ⁶	Procopiuck ⁷	Souza ⁸	Howlett, Ramesh e Perl ⁹
(1) Identificação do problema	(1) Formação da Agenda	(1) Formação da agenda	(1) Iniciação	(1) Definição de agenda	(1) Construção da agenda
(2) Formação da agenda	(2) Elaboração				
(3) Formulação de alternativas	(3) Formulação (Tomada de Decisão)	(2) Formação das alternativas e tomada de decisão	(2) Estimação	(2) Identificação de alternativas	(2) Formulação da política
(4) Tomada de decisão			(3) Seleção	(3) Avaliação das opções	(3) Tomada de decisão
				(4) Seleção das opções	
(5) Implementação	(4) Implementação	(3) Implementação	(4) Implementação	(5) Implementação	(4) Implementação
	(5) Execução	(4) Monitoramento			
	(6) Acompanhamento				
(6) Avaliação	(7) Avaliação	(5) Avaliação	(5) Avaliação	(6) Avaliação	(5) Avaliação
(7) Extinção			(6) Conclusão		

⁴ SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.

⁵ SARAIVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

⁶ RUA, M.G. *As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90*. CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Brasília 1998, pp. 731-752.

⁷ PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

⁸ SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. Caderno CRH 39: 11-24, 2003.

⁹ HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL. A. *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

4. AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A lista de problemas sociais é imensa, concorda? Assim, ainda que inúmeras necessidades sejam reconhecidas, só serão prioridades do poder público se forem incluídas nas agendas de políticas públicas.

A **AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS** lista problemas, assuntos ou demandas que chamam a atenção de atores governamentais e de cidadãos em geral.

A doutrina aponta **três tipos de agenda**:

Agenda FORMAL	<ul style="list-style-type: none"> • É a agenda institucional. • Elenca problemas que o governo decidiu enfrentar.
Agenda POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas considerados relevantes pela comunidade política.
Agenda da MÍDIA	<ul style="list-style-type: none"> • Agenda dos meios de comunicação. • Influencia as outras duas agendas (formal e política).

Quando uma **demanda** é incluída na agenda, esse fato social adquiriu status de **problema público**, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas.

Os autores Cobb e Elder (1972)¹⁰ destacam **três condições** para que um problema entre na agenda (**mnemônico RAC**):

Resolubilidade	As possíveis ações devem ser consideradas necessárias e factíveis (possível de ser concretizado).
Atenção	Diferentes atores (cidadãos, grupos de interesse, mídia etc.) devem entender a situação como merecedora de intervenção
Competência	O problema deve tocar responsabilidades públicas.

Para explicar como as agendas de políticas públicas são definidas e decididas por governos, o cientista político John Kingdon desenvolveu o **Modelo de Fluxos Múltiplos**.

Segundo o modelo, a agenda de políticas é formada por meio da interação de três fluxos principais, também chamada de **janela de oportunidade**, representando momentos críticos que se abrem por determinados períodos para os grupos defenderem suas propostas e pressionarem o governo para que seus problemas sejam solucionados.

¹⁰ COBB, R. W.; ELDER, C. D. Participation in American Politics: The dynamics of agenda building. Allyn and Bancon, Boston, 1972.

Tipo	Descrição	Exemplo
Fluxo de problemas	Refere-se à percepção e ao reconhecimento de determinados problemas ou questões que demandam ação governamental. Esses problemas podem surgir de diversas fontes, como crises sociais, demandas de grupos de interesse, mudanças nas condições econômicas, avanços tecnológicos, entre outros.	Um aumento significativo da criminalidade em determinada região pode ser identificado como um problema que demanda ação governamental. A percepção da insegurança e os apelos da comunidade para a adoção de medidas mais rigorosas de combate ao crime podem impulsionar a inclusão dessa questão na agenda política.
Fluxo de alternativas e soluções	Refere-se às soluções e propostas desenvolvidas para lidar com os problemas identificados. São formuladas alternativas políticas e programas que visam resolver ou mitigar os problemas em questão.	Especialistas em educação podem propor a implementação de um programa de ensino integral nas escolas como uma política para melhorar a qualidade da educação. Essa proposta envolveria a ampliação da carga horária dos alunos, a contratação de professores adicionais e a oferta de atividades extracurriculares. A viabilidade e a aceitabilidade dessa política dependeriam de sua coerência com os valores e objetivos dos tomadores de decisão, bem como de sua capacidade de atender às necessidades da comunidade escolar.
Fluxo político	Engloba os fatores políticos e contextuais que influenciam a inclusão de determinados problemas e soluções na agenda governamental. Isso envolve considerações como o apoio político, a capacidade de mobilização de grupos de interesse, as preferências dos tomadores de decisão, entre outros.	A existência de um lobby organizado de empresas do setor de energias renováveis pode influenciar a inclusão de políticas de incentivo à energia limpa na agenda governamental. A capacidade dessas empresas de mobilizar recursos financeiros e de sensibilizar os tomadores de decisão para a importância da transição para fontes de energia sustentáveis pode desempenhar um papel crucial na definição da agenda política.

5. MODELOS DE PROCESSO DE DECISÃO

Modelo de decisão de racionalidade absoluta	É construído sobre o pressuposto de que as consequências de cada opção de política pública alternativa podem ser conhecidas com antecedência . De acordo com esse modelo, os tomadores de decisão devem escolher a opção que maximize o alcance de seus objetivos, valores e metas individuais.
Modelo de decisão de racionalidade limitada	Reconhece que os tomadores de decisão sofrem limitações cognitivas e informativas, e que os atores não conseguem entender a complexidade com que estão lidando. Assim, a tomada de decisão é interpretada como um esforço para escolher opções satisfatórias , mas não necessariamente ótimas.
Modelo de decisão incremental	Analisa a tomada de decisão pública como um processo com restrição de tempo e informação , caracterizado por conflitos, negociações e compromisso entre os tomadores de decisão com interesses próprios.
Modelo de decisão de lata de lixo	Aplica-se quando há um grande número de tomadores de decisão e uma grande dose de incerteza sobre as causas dos problemas e suas soluções.

Observe o **quadro comparativo**¹¹:

Modelos	Condições cognitivas	Critério de decisão
Racionalidade absoluta	Certeza	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade (interesses)	Acordo
Modelo “lata de lixo”	Ambiguidade	Casual

6. MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Para Rua e Romanini (2013)¹², a implementação de políticas públicas é analisada por **três modelos**:

Top-down (de cima para baixo, iterativo)	Estabelece que formulação e implementação são etapas rigorosamente separadas e diferenciadas , seja porque envolve atores diferentes, seja porque envolve distintos graus de autoridade e de complexidade. Neste modelo, os políticos formulam e decidem , e comandam os burocratas, que executam as suas decisões , implementando a política. Aqui temos um fluxo formulação – implementação .
Bottom-up (de baixo para cima, iterativo)	Propõe que a política seja concebida a partir da base , das percepções das demandas e das experiências de resolução dos problemas desenvolvidos pelos atores situados nos escalões inferiores da Administração (chamados burocratas no nível de rua). As práticas estabelecidas a partir da base seriam institucionalizadas nos níveis superiores, consolidando-se como política pública. Aqui temos um fluxo implementação – formulação .
Interativo-iterativo	Não há um fluxo único nem da formulação para a implementação (modelo top-down), nem desta em direção à formulação (modelo bottom-up). Em lugar disso, haveria um processo complexo, de idas e vindas , entre as diversas fases do ciclo, dando origem a várias etapas de decisão, que iriam sendo reformuladas conforme as reações dos diversos atores à agenda que se formou, ao curso assumido pelas decisões e aos impactos da implementação.

7. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** consiste na mensuração e análise dos efeitos produzidos ou a serem produzidos na sociedade pelas políticas públicas. Ela confronta os resultados alcançados com os objetivos e metas previamente estabelecidos.

Os autores Secchi, Coelho e Pires¹³ destacam que a avaliação de uma política pública compreende a **definição** de:

¹¹ SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2019.

¹² RUA, M. G.; ROMANINI, R. *Para aprender políticas públicas*. Brasília: IGEPP, 2013.

¹³ SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. *Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos*. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

Critérios	Servem como base para escolhas ou julgamentos. Os principais critérios utilizados para as avaliações das políticas públicas na visão dos autores são: <ul style="list-style-type: none"> • Eficiência administrativa: corresponde ao nível de conformidade (compliance) da implementação a regras preestabelecidas. • Eficiência econômica: trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs). • Efetividade: corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população. • Economicidade: refere-se ao nível de utilização de recursos (inputs).
Indicadores	Artifícios (proxies) utilizados para medir os inputs (recursos utilizados), os outputs (produtividade) e os resultados (outcomes).
Padrões	Parâmetros ou performance (standards) que dão uma referência comparativa aos indicadores.

7.1. TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO RUA¹⁴

As diversas **tipologias** permitem discriminar as avaliações conforme critérios ou pontos de vista. Por ser uma classificação bastante ampla, vamos considerar o magistério de Maria das Graças Rua.

7.1.1. CONFORME O FOCO OU OBJETO

Avaliação jurídica ou avaliação de conformidade	Corresponde ao exame da conformidade dos atos do gestor em relação à lei , na condução da política pública, programa ou projeto.
Avaliação de desempenho	Refere-se ao que se faz com relação a uma política, programa ou projeto. Compreende dois subtipos: <ul style="list-style-type: none"> • Institucional: tem como finalidade apreciar em que medida uma instituição realiza a missão que lhe foi atribuída, mediante a consecução dos seus objetivos e o cumprimento de suas metas. • Pessoal: destina-se a averiguar em que medida cada indivíduo em uma instituição cumpre suas atribuições e contribui para o alcance dos objetivos e metas da instituição. Também focaliza a produtividade do desempenho pessoal e a qualidade dos serviços prestados.
Avaliação de processo	Significa o conjunto de ações destinadas a produzir um bem ou serviço ou a desencadear alguma mudança numa dada realidade.

¹⁴ RUA, M.G. *As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90*. CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Brasília 1998, pp. 731-752.

Avaliação de produto	<p>É toda avaliação cujo foco recai sobre os produtos de uma política, programa ou projeto, em suas várias dimensões. São modalidades dessa classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de resultados: tem por objeto os resultados, também chamados de <i>outputs</i>, significando bens ou serviços de um programa ou projeto que são necessários para que seus objetivos finais sejam alcançados. Mas, também, pode focalizar os resultados obtidos com uma política, programa ou projeto, indicados como seus objetivos de curto prazo ou intermediários, chamados de “outcomes”. • Avaliação de impactos: trata-se de avaliação de um ou mais resultados de médio ou longo prazo, definidos como impactos, ou seja, consequências dos resultados imediatos. • Avaliação de qualidade: o produto pode ser avaliado, também, quanto à sua qualidade. Ou seja, a capacidade de um bem ou serviço atender às expectativas do seu público-alvo.
-----------------------------	---

7.1.2. CONFORME O MOMENTO

Avaliação ex ante	<p>É uma forma de avaliação que ocorre antes da implementação de uma política pública.</p> <p>É realizada durante a fase de formulação da política, com o objetivo de analisar as possíveis consequências e impactos da política proposta.</p> <p>A avaliação ex ante ajuda a identificar as lacunas, riscos e desafios que podem surgir na implementação, permitindo ajustes e melhorias antes do início efetivo da política.</p>
Avaliação meio-termo ou intermediária (itinerário ou formativa)	<p>É uma forma de avaliação que acontece durante o processo de implementação da política pública.</p> <p>É realizada em um ponto intermediário do ciclo de políticas, permitindo analisar o progresso, o alcance dos objetivos intermediários e os desafios encontrados até o momento.</p> <p>A avaliação meio-termo fornece informações valiosas sobre o desempenho e eficácia da política em andamento, permitindo correções de curso e ajustes na implementação.</p>
Avaliação ex post ou somativa	<p>É uma forma de avaliação que ocorre após a implementação de uma política pública.</p> <p>É realizada quando a política já está em vigor e visa avaliar seus resultados, efeitos e impactos alcançados.</p> <p>A avaliação ex post analisa se a política atingiu seus objetivos, se os resultados foram satisfatórios e se houve impactos desejáveis ou indesejáveis. Essa avaliação fornece informações importantes para a prestação de contas, aprendizado e tomada de decisões futuras sobre a continuidade ou reformulação da política.</p>

7.1.3. CONFORME A FINALIDADE OU FUNÇÃO

Avaliação de conformidade	<p>Corresponde ao exame da aderência à lei dos atos normativos da política pública, do programa ou do projeto e também dos atos do gestor na condução das suas atividades, inclusive, na gestão da “coisa pública”. Também é conhecida como avaliação de accountability.</p>
Avaliação formativa	<p>Também conhecida como retroalimentadora, tem por função proporcionar informações úteis com o propósito de aperfeiçoamento e atualização contínua dos programas ou projetos (avaliação ex ante ou avaliação intermediária).</p>

Avaliação somativa	Tem por função subsidiar decisões finais sobre a continuidade ou não de um programa ou um projeto associado à determinada política pública, como redimensionamento do público-alvo, mitigação de efeitos colaterais, etc. (avaliação intermediária, desde que em estágios avançados, e avaliação ex post).
---------------------------	---

7.1.4. CONFORME A ORIGEM DA EQUIPE

Avaliação interna	É aquela em que a intervenção (política pública, programa ou projeto) é avaliada por uma equipe envolvida com sua implementação .
Avaliação externa	É aquela realizada por uma equipe que não possui envolvimento com a implementação da política pública, do programa ou do projeto.
Avaliação mista	É aquela conduzida por uma equipe interna em parceria com outra externa . As duas formulam o plano de avaliação e constroem os instrumentos avaliativos juntas. Em seguida, separam-se para aplicar os instrumentos e analisar os dados. Depois, unem-se novamente para comparar suas conclusões e chegar a um termo comum, mesmo que existam discrepâncias em seus achados.

7.2. TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO O GUIA PRÁTICO DE ANÁLISE EX POST¹⁵

Avaliação de desenho	Engloba a análise da teoria do programa, verificando a sua consistência e lógica, ou coerência interna. Trata-se de um processo analítico para identificar a existência de erros ou falhas no desenho e propor mudanças a fim de superá-los.
Avaliação executiva	Permite, de forma prática e rápida, identificar em qual elemento ou em qual processo da cadeia de valor da política há maior chance de ocorrerem aprimoramentos .
Avaliação de implementação ou avaliação de processos	Busca identificar se a execução das políticas públicas vem ocorrendo conforme os normativos existentes e o desenho estabelecido (ou seja, identifica se a execução obedece ao desenho formulado e atenta para a transformação de insumos em produtos para a população).
Avaliação de governança da política pública	Diz respeito à análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente .
Avaliação de resultados	Ajuda a responder se há variáveis de resultados e de impactos da política definidas, mensuráveis e disponíveis.
Avaliação de impacto	É um tipo de avaliação que busca demarcar, na vida dos beneficiários , a diferença atribuída à política de forma inequívoca.

¹⁵ *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post*. Volume 1. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

Abordagem da avaliação econômica apresentada	É uma das formas disponíveis para se responder sobre o retorno econômico e social da política.
Análise de eficiência	É uma abordagem que utiliza metodologias estatísticas e econométricas para mensurar a eficiência técnica dos gastos setoriais e temáticos.

Resumindo um pouco mais as principais classificações apresentadas, temos:

<p>01 Momento</p> <p>ex ante: antes de se decidir como será feita uma intervenção</p> <p>intermediária: ações implementadas até o momento estão gerando os impactos esperados</p> <p>ex post: projeto se encontra consolidado ou em fase final</p>	<p>03 Foco ou objeto</p> <p>desempenho: institucional ou pessoal</p> <p>jurídica ou conformidade: em relação à lei</p> <p>produto: resultados: intervenção (1) (2) impactos: clientes ou destinatários (3) qualidade: expectativas</p> <p>processo: conjunto de ações</p>	<p>05 Guia Prático de análise ex post</p> <p>desenho: análise da teoria do programa</p> <p>executiva: onde há mais chances de aprimoramento (elemento ou processo)</p> <p>implementação ou processos: conformidade aos normativos e desenho</p> <p>governança: análise das estruturas e transparência</p> <p>resultados: variáveis da política definida mensuráveis e disponíveis</p> <p>impacto: diferença na vida dos beneficiários</p> <p>econômica: retorno econômico social</p> <p>eficiência: mensurar gastos</p>
<p>02 Finalidade ou função</p> <p>conformidade: aderência à lei</p> <p>somativa: subsidiar decisões finais sobre continuidade</p> <p>formativa: proporcionar informações úteis</p>	<p>04 Origem da equipe</p> <p>interna: equipe envolvida na implementação</p> <p>externa: equipe não possui envolvimento na implementação</p> <p>mista: equipe interna em parceria com equipe externa</p>	

7.3. ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO E ANÁLISE CUSTO-EFETIVIDADE

Esses dois tipos de avaliação ou análise de uma política são do **tipo ex ante**, ou seja, ocorrem antes de se decidir como será feita uma intervenção.

A **AValiação CUSTO-BENEFÍCIO** corresponde à estimação dos **benefícios tangíveis e intangíveis** de um programa e os **custos de sua realização**.

Por exemplo, num programa de alfabetização, os **benefícios tangíveis** seriam a redução do analfabetismo, o aumento da escolarização global, etc. Os **benefícios intangíveis** seriam o aumento da autoestima, do exercício da cidadania, etc.

Segundo o Guia prático de análise ex ante (2018)¹⁶, a análise custo-benefício segue os seguintes passos:

¹⁶ *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. Volume 1. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

1. Identificação dos custos e benefícios envolvidos	Quais são os custos fixos/variáveis e quais são os impactos e melhorias (benefícios).
2. Seleção de programas alternativos	É um processo de comparação com experiências internacionais ou outras experiências nacionais bem-sucedidas, por exemplo.
3. Catalogação e previsão quantitativa dos impactos	Qual o impacto em termos monetários (em real)?
4. Desconto temporal para obtenção do valor presente	Por exemplo, um programa requer um investimento inicial, mas seus benefícios podem ocorrer ao longo de dez anos.
5. Avaliação da posição líquida entre custos e benefícios	Depois de calculados os custos e benefícios em termos de valor presente, a posição líquida nos mostra a diferença entre os custos e os benefícios.
6. Análise de sensibilidade	São análises posteriores que incorporam novos dados que impactam na relação custo-benefício, por exemplo algum acontecimento econômico ou político (inflação, mudanças de governo, rupturas políticas etc.).

A **ANÁLISE CUSTO-EFETIVIDADE** foca apenas os **custos**, que são estimados em **unidades monetárias**. Os benefícios são expressos de alguma outra forma quantitativa.

Por exemplo, num programa de distribuição de renda a famílias com crianças carentes, o custo-efetividade pode ser expresso da seguinte forma: *“cada R\$ 1.000,00 dispendidos pelo programa aumentam os níveis de escolaridade, na média, em 1 ano para cada 100 crianças.”*.

8. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS COMO POLÍTICAS DE ESTADO

Apesar de ser uma tema inédito em provas, a compreensão é super simples. *Vamos lá?*

A **INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS COMO POLÍTICAS DE ESTADO** é um processo que visa garantir **a continuidade e a estabilidade** dessas políticas, independentemente das mudanças de governo.

Isso significa que as ações afirmativas políticas de Direitos Humanos devem estar inseridas na estrutura institucional do Estado, de forma que sejam protegidas e promovidas por todos os governos.

As **ações afirmativas** (também chamadas de discriminações positivas) medidas especiais e temporárias que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Alguns exemplos de ações afirmativas que podem ser adotadas no contexto da institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado:

- Cotas para negros e indígenas nas universidades públicas
- Incentivos para a contratação de mulheres em cargos de liderança
- Programas de capacitação para pessoas com deficiência
- Campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher

Atualmente, temos o **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil.

A Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Ascom/MDHC) publicou, em 05/01/2024, a revista “*Direitos Humanos pra Quem?*”. A publicação é um dos produtos do projeto de mesmo nome, que tem como objetivo sensibilizar a sociedade brasileira para o resgate do verdadeiro conceito de direitos humanos. Vamos ver alguns pontos importantes da publicação.

Comissão de Anistia	Uma das principais funções da Comissão de Anistia é reconhecer as vítimas do regime militar, concedendo-lhes anistia política e fornecendo uma reparação simbólica, financeira.
Painel de dados	Ferramenta para o cidadão acessar e pesquisar dados de denúncias registradas no Disque 100.
Caravana dos Direitos Humanos	Série de visitas pelos estados brasileiros para acompanhar a situação da população carcerária.
Medidas de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo	Grupo de Trabalho (GT) com essa temática, formado por membros da sociedade civil e de diversas instituições do governo federal.
Programa Novo Viver Sem Limite	Tem o objetivo de promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias.
Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	Aborda as pautas e necessidades imediatas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais, diretamente de um setor localizado no segundo escalão do governo federal.

9. FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PROGRAMAS NACIONAIS

9.1. FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO

O **FEDERALISMO** é uma forma de organização política em que o poder é dividido entre um **governo central** e **governos locais**.

Os governos locais geralmente são chamados de estados, províncias ou municípios. **O Brasil é um país federal**, e a Constituição Federal de 1988 estabelece uma divisão de competências entre o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais.

Existem diferentes tipos de federalismo, mas todos eles compartilham as seguintes características básicas:

Divisão do poder	O poder é dividido entre o governo central e os governos locais.
Autonomia dos governos locais	Os governos locais têm autonomia para governar suas próprias áreas.
Cooperação entre os governos	Os governos central e locais devem cooperar para fornecer serviços públicos e resolver problemas comuns.

Por sua vez, a **DESCENTRALIZAÇÃO** é o processo de **transferir poder de um nível de governo para outro**, geralmente de um nível central para níveis locais.

O federalismo e a descentralização podem trazer uma série de vantagens, como:

Melhor atendimento às necessidades locais	Os governos locais estão mais próximos das comunidades que representam e, portanto, podem estar melhor equipados para atender às suas necessidades específicas.
Maior eficiência	Os governos locais podem se especializar em áreas específicas, o que pode levar a uma maior eficiência na prestação de serviços.
Maior participação da sociedade	Os governos locais podem ser mais abertos à participação da sociedade, o que pode levar a um governo mais democrático.

No entanto, o federalismo e a descentralização também podem trazer alguns **desafios**, como:

Dificuldade de coordenação	Pode ser difícil coordenar as ações de governos diferentes, o que pode levar a ineficiências.
Conflitos entre governos	Pode haver conflitos entre governos diferentes, se eles não concordarem sobre suas responsabilidades.
Desafios financeiros	Os governos locais podem ter dificuldade em arrecadar recursos suficientes para fornecer serviços públicos de qualidade.

9.2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PROGRAMAS NACIONAIS

A **Constituição Federal de 1988** prevê a descentralização de políticas públicas em diversas áreas, como educação, saúde, assistência social e meio ambiente. No Brasil, a descentralização de políticas públicas ocorre por meio de diferentes mecanismos, como:

Transferência de recursos	O governo federal pode transferir recursos financeiros para os governos estaduais e municipais para que eles possam implementar políticas públicas.
Transferência de competência	O governo federal pode transferir a responsabilidade pela execução de políticas públicas para os governos estaduais e municipais.

Cooperação intergovernamental	O governo federal, os governos estaduais e os governos municipais podem cooperar para implementar políticas públicas.
--------------------------------------	---

Os **sistemas de programas nacionais** são coordenados por órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais. Esses órgãos são responsáveis por definir as diretrizes, os objetivos e as metas dos sistemas de programas nacionais. Eles também são responsáveis por monitorar e avaliar os resultados dos sistemas de programas nacionais.

São exemplos de sistemas de programas nacionais no Brasil:

Sistema Único de Saúde (SUS)	O SUS é um sistema de saúde universal e gratuito que é implementado pelos governos federal, estaduais e municipais.
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	O Fundeb é um fundo que destina recursos financeiros para a educação básica. Os recursos do Fundeb são distribuídos entre os governos federal, estaduais e municipais de acordo com a matrícula de alunos da educação básica.
Programa Bolsa Família	O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O Programa Bolsa Família é implementado pelo governo federal.

Caro(a) aluno(a),

Finalizamos mais um conteúdo! Agora, aproveite nossa plataforma de questões para elevar ainda mais seu estudo.

Este link irá levá-lo diretamente ao sistema Gran Questões:

<https://questoes.grancursosonline.com.br/>

Por lá, você pode selecionar as questões da disciplina e filtrar pelo assunto e pela banca que organizará seu concurso.

A escolha é sua! Treine à vontade, usando o melhor sistema de questões do mercado.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

